



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 833/2019
Data: 24/10/2019 - Horário: 10:20
Administrativo - RL 3/2019

AO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS,

Processo Ético Disciplinar nº 002/2019
SIGEP: 483/2019

**RELATÓRIO PRELIMINAR – VOTO DIVERGENTE - APURAÇÃO PRELIMINAR E
SUMÁRIA DE ATOS DE INFRINGÊNCIA À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR
COMETIDO PELO VEREADOR AFASTADO MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**

THIAGO SILVESTRE MAGGIONI, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente, apresentar **RELATÓRIO PRELIMINAR DE VOTO DIVERGENTE**, no Conselho de Ética da Câmara Municipal de Jataí, com a relação a apuração preliminar e sumária dos fatos relativos à denúncia de atos de infringência à ética e ao decoro parlamentar cometida pelo vereador afastado **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Foi declarada constituída no dia 24 de abril de 2019 na Presidência da Câmara Municipal de Jataí, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma da Resolução 12/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, onde ficaram eleitos para a sua composição o vereador Pastor Luiz Carlos Cabral dos Anjos, na qualidade de presidente, o vereador Major David Pires, na qualidade de relator, o vereador Thiago Silvestre Maggioni, na qualidade de membro, e a vereadora Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis, na qualidade de suplente.

Via Portaria 002/2019, anexado aos autos, o Ver. Pr. Luiz Carlos, no uso de suas atribuições legais, determina instauração do Procedimento Investigatório Preliminar em desfavor do Ver. MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, a fim de apurar a responsabilidade administrativa, por envolvimento em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme constante nos autos da Ação de Improbidade administrativa de nº 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível, Fazenda Pública desta comarca de Jataí.

A instauração do procedimento investigatório preliminar, provocada pelo Memorando nº 018/2019, que trouxe ao Conselho de Ética a intimação recebida por esta casa legislativa sobre a decisão judicial prolatada nos autos do Processo nº 5234942.14.2019.8.09.0093, apontando fortes indícios da prática de atos de Improbidade Administrativa. Tais atos poderiam ser caracterizadores de Quebra de Decoro Parlamentar, com fulcro no artigo 16, § único da Res. 12/2009.

Assim, a partir da notícia dos possíveis fatos indecoroso cometidos pelo parlamentar ora investigado, o Presidente do Conselho de Ética, vereador Pastor Luiz Carlos, no uso das suas atribuições legais, instaurou o procedimento investigatório preliminar, com fulcro no parágrafo único do artigo 16 da Resolução 012/2019, cuja redação diz:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Foi declarada constituída no dia 24 de abril de 2019 na Presidência da Câmara Municipal de Jataí, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma da Resolução 12/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, onde ficaram eleitos para a sua composição o vereador Pastor Luiz Carlos Cabral dos Anjos, na qualidade de presidente, o vereador Major David Pires, na qualidade de relator, o vereador Thiago Silvestre Maggioni, na qualidade de membro, e a vereadora Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis, na qualidade de suplente.

Via Portaria 002/2019, anexado aos autos, o Ver. Pr. Luiz Carlos, no uso de suas atribuições legais, determina instauração do Procedimento Investigatório Preliminar em desfavor do Ver. MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, a fim de apurar a responsabilidade administrativa, por envolvimento em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme constante nos autos da Ação de Improbidade administrativa de nº 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível, Fazenda Pública desta comarca de Jataí.

A instauração do procedimento investigatório preliminar, provocada pelo Memorando nº 018/2019, que trouxe ao Conselho de Ética a intimação recebida por esta casa legislativa sobre a decisão judicial prolatada nos autos do Processo nº 5234942.14.2019.8.09.0093, apontando fortes indícios da prática de atos de Improbidade Administrativa. Tais atos poderiam ser caracterizadores de Quebra de Decoro Parlamentar, com fulcro no artigo 16, § único da Res. 12/2009.

Assim, a partir da notícia dos possíveis fatos indecoroso cometidos pelo parlamentar ora investigado, o Presidente do Conselho de Ética, vereador Pastor Luiz Carlos, no uso das suas atribuições legais, instaurou o procedimento investigatório preliminar, com fulcro no parágrafo único do artigo 16 da Resolução 012/2019, cuja redação diz:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

"Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ética.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar."

Após isso, foi requerido ao MM juízo da 2ª Vara Cível e Fazenda Públicas da comarca de Jataí, acesso integral ao Processo de Improbidade Administrativa para utilização como prova emprestada, o que foi deferido em 16/05/2019, através de Ofício 005/2019, que forneceu acesso integral aos autos eletrônicos por meio de Código de Acesso.

SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

O procedimento investigatório preliminar em desfavor do Vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, teve início a partir das informações chegadas com a decisão judicial que determinou o afastamento do parlamentar das atividades legislativas, trazendo elementos que em tese comprovariam o envolvimento deste em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme consta dos autos de nº 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública Municipal desta Comarca, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, na forma da Resolução 012/2009 (Código de ética e Decoro Parlamentar).

Após início do procedimento investigatório preliminar, depois de solicitado pelo Relator em 01/08/2019, a Mesa Diretora apresentou representação em desfavor do parlamentar, narrando os fatos e provas do possível cometimento de atos indecorosos, lastreados nos fatos narrados pelo MPMGO em sua petição inicial, que em apertada síntese afirma **que o representado reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo em virtude de ter solicitado e recebido dos servidores lotados em seu gabinete parte da remuneração deles.**



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Ademais, durante as investigações do Ministério Público Estadual, foram notificados para serem ouvidos nesta Promotoria de Justiça vários servidores e ex-servidores dos gabinetes dos vereadores da atual legislatura. Foi então que uma ex-servidora e um servidor do gabinete de **Marcos Antônio Ferreira da Luz** revelaram que, durante longo período, fizeram repasses de seus salários mensalmente ao vereador (vide declarações dos servidores, transcritas em arquivo anexo e gravadas em CD entregue a esse juízo).

A ex-servidora **Ana Livia Borges de Freitas**, que na primeira vez em que prestou declarações no Ministério Público negou que o vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz tivesse solicitado alguma parcela de sua remuneração, na segunda oportunidade em que compareceu nesta Promotoria **acabou revelando que, durante os dois anos e seis meses em que trabalhou na Câmara, fez mensalmente o repasse de metade de sua remuneração ao vereador, durante alguns meses por intermédio da esposa dele e durante a maior parte do período ao próprio vereador.** Da mesma forma que outros vereadores, Marcos Antônio afirmava que o dinheiro seria usado para “despesas de gabinete”, como doações a pessoas que procuravam a Câmara. **Ana Livia também informou que soube que outros servidores também faziam repasses, inclusive servidores que ainda trabalham na Câmara.**

Ana Livia acrescentou que, mesmo após muitos anos sem qualquer contato, ao descobrir que ela havia sido notificada para prestar declarações, Marcos Antônio foi até sua casa e tentou obter informações sobre o que ela havia declarado na Promotoria e disse que, caso ele fosse prejudicado, todos os que trabalharam com ele também seriam. Além disso, o vereador procurou o pai da declarante, também para questionar a respeito do que ela declarou ou poderia declarar perante a Promotoria.

Como se vê, **houve a clara intenção de intimidar a testemunha, tanto que ela declarou ter se sentido pressionada por esse comportamento do vereador.**

Corroborando a existência do esquema de devoluções no gabinete do vereador Marcos Antônio, o servidor **Reginaldo Aparecido de Oliveira**, atualmente assessor legislativo do gabinete do vereador, **declarou que durante cinco anos fez repasses mensais a Marcos Antônio, no valor correspondente à gratificação. Dessa forma, ficava com aproximadamente de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) e repassava o restante. Ou seja, fazia um repasse de aproximadamente R\$ 1.000,00 (hum mil reais) diretamente ao vereador, sempre em dinheiro. Assim como**



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

outros servidores, Reginaldo informou que o vereador justificava os repasses como sendo uma “ajuda” do servidor para “despesas de gabinete”. Acrescentou que, a partir de 2016, quando se casou, recusou-se a continuar fazendo os repasses.

As declarações de Reginaldo quanto aos repasses foram corroboradas por sua esposa, **Tatiane Gomes Costa**, que informou ter conhecimento de que Reginaldo fazia os repasses, embora não saiba precisar o valor. Tatiane demonstrou bastante receio em relação ao vereador.

Quanto aos valores auferidos pelo vereador com os repasses desses dois servidores, é possível com cálculos simples ter uma estimativa.

Ana Lívia foi nomeada em 05 de maio de 2014 e exonerada em 1o de setembro de 2016, ou seja, permaneceu por quase dois anos trabalhando na Câmara, período durante o qual entregou metade de sua remuneração todos os meses. Considerando as informações repassadas pelo departamento de recursos humanos quanto à remuneração de Ana Lívia, é possível o cálculo abaixo apresentado:

Mês	Remuneração líquida (R\$)	Valor estimado do repasse (R\$)
mai/14	1955,96	977,51
jun/14	2236,55	1118,27
jul/14	2236,55	1118,27
ago/14	2236,55	1118,27
set/14	2236,55	1118,27
out/14	2236,55	1118,27
nov/14	2236,55	1118,27
dez/14	2236,55	1118,27
jan/15	2306,21	1153,11
fev/15	3087,99	1543,51
mar/15	2575,27	1362,85
abr/15	2725,65	1362,85
mai/15	2725,65	1362,85
jun/15	2725,65	1362,85
jul/15	2725,65	1362,85
ago/15	2725,65	1362,85
set/15	2725,65	1362,85
out/15	2725,65	1362,85
nov/15	2725,65	1362,85
dez/15	2725,65	1362,85
jan/16	3030,93	1515,46
fev/16	3030,93	1515,46
mar/16	2886,52	1443,26
abr/16	3699,03	1849,51
mai/16	4514,01	2257,01
jun/16	3699	1849,51
jul/16	3699	1849,51
ago/16	3699	1849,51
set/16	2122,62	1061,31
Total dos repasses		40321,02



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Quanto ao servidor **Reginaldo**, que informou ter repassado o valor fixo de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensalmente durante cinco anos, observa-se que os repasses alcançam o valor estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Importante observar que os esses valores não foram efetuados com atualização monetária e, mesmo assim, atingem a cifra de **R\$ 100.321,02 (cem mil trezentos e vinte e um reais e dois centavos)**.

Desse modo, após apresentarmos a síntese dos fatos apontados na representação parlamentar, que tem por fundamento os fatos narrados na ação de judicial, passaremos a apurar se há ou não indícios do cometimento de infração ao conjunto de regras morais, legais e éticas pelo vereador Representado.

SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

Como visto no mérito da manifestação preliminar, o Representado alega questões meramente procedimentais, sem contudo, rebater pontualmente o mérito das acusações que pesam contra o mesmo.

Com relação as alegações procedimentais, todas foram tidas por este conselho como insubsistentes, uma vez que o mesmo foi notificado e teve oportunidade de produzir sua manifestação por escrito e oralmente, como solicitado pelo próprio representado, que por iniciativa própria não compareceu no dia e horário previamente estabelecido.

O representado teve que ser intimado por Edital, devido as inúmeras tentativas de sua notificação pessoal, o que atrasou demasiadamente seu processo, e em 19/09/2019 apresentou sua manifestação inicial, que foi recebida.

Na referida peça defensiva alegou:

- a) falta de resposta a suas solicitações apresentadas em 30/05/2019;



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

- b) seu direito a manifestação oral;
- c) e vícios nos editais;
- d) e a suspensão do processo, com base no art. 313, V "a" e VI e VIII e art. 315 do CPC.

DA FALTA DE RESPOSTAS ALEGADA INOCORRÊNCIA

Com relação ao primeiro ponto, seus requerimentos foram apreciados na decisão prolatada pelo Conselho de Ética em 05/06/2019 (doc. anexo), quando o Conselho realizou uma decisão de devolução de prazo para que o mesmo realizasse sua manifestação preliminar e juntamente com a decisão, fornecia cópia integral do procedimento investigatório preliminar existente até então.

Ocorre que o mesmo "*não recebeu a resposta*" simplesmente porque não era localizado para receber a notificação e cópia dos documentos. Isso é demasiadamente comprovado com as 06 (seis) diligências iniciadas em 05/06/2019 e finalizadas em 12/06/2019 sem êxito.

Depois do insucesso do mesmo receber as notificações e de familiares se recusarem a receber na sua residência na ausência do parlamentar, o Conselho encaminhou a notificação de reabertura de prazo e cópia dos documentos por Correspondência com AR, no dia 17/06/2019. Essa correspondência voltou a CMJ em 27/06/2019, com a informação de 03 (três) tentativas frustradas de recebimento, ocorridas em 24, 25 e 27 de junho de 2019 (doc. anexo) demonstrando que este Conselho sempre buscou dar o máximo de contraditório e ampla defesa ao mesmo.

Nesse momento já eram 09 tentativas de notificar o representado infrutíferas, quando então foi realizado edital de intimação publicado no Sislegis em 02/08/2019 e no Diário Oficial do Município em 06/08/2019 (doc. anexos).



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Mesmo assim, o representado quedava-se inerte. Diante disso, realizamos ainda o envio do edital pelo WhatsApp, através do telefone do Cerimonial da CMJ para o celular do Representado (doc. anexo), continuando o mesmo a ignorar as tentativas de sua notificação.

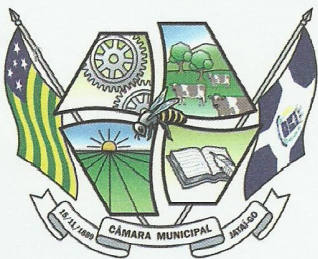
Foi nessa oportunidade que o Conselho publicou mais 02 vezes edital, no Sislegis em 28/08/2019 e no DOM 29/08/2019, e neste edital constava a informação da devolução do prazo e que seria Oficiada a OAB para indicação de Defensor Dativo, uma vez que mais de 10 tentativas de notificação restavam infrutíferas.

Somente após a OAB indicar o defensor dativo em 10/09/2019 que o mesmo compareceu novamente no processo e realizou sua ultima petição com os requerimentos acima destacados.

DA MANIFESTAÇÃO ORAL REQUERIDA

Com isso, demonstramos que as respostas as suas solicitações estão nos autos há muito tempo, desde junho do corrente. Além disso, **como requereu sua manifestação oral esta foi oportunizada em 30/09/2019**, para iniciar as 13:30, quando o mesmo peticionou que não mais compareceria, requerendo novo prazo para apresentação de defesa escrita.

Como comprovado robustamente na consulta aos autos desse processo ético disciplinar, **o representado teve inúmeras chances de apresentar sua manifestação inicial por escrito e não o fez plenamente**, quando encerrado todos os prazos e estes foram mais que duplicados, REQUER oitiva oral, que é deferida, e no dia NÃO COMPARECE, requerendo então mais prazo. Na verdade se manifestou inúmeras vezes preliminarmente, mas sempre com alegações procedimentais, circunstanciais, e nunca sobre o mérito das acusações, sempre buscando atravancar o processo ou ganhar novo prazo.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Nisso vemos nítida má fé processual, requerimento meramente protelatório por isso que foi indeferido, até mesmo porque sua manifestação é facultativa, segundo a legislação específica, e na ausência desta o processo deve prosseguir. Destacamos ainda que na sua notificação para manifestação oral, recebida por ele em 26/05/2019, já havia menção de que não haveria mais prazo, e caso não comparecesse para manifestação oral, já que faculdade deste realizá-la, na oportunidade deveria apresentar por escrito, pois não haveria abertura de novo prazo, e assim o Conselho Procedeu.

Mesmo diante disso, continuou com defesa retórica, pois alega desconhecimento e falta de acesso aos autos quando na verdade junto com a notificação lhe foi entregue cópia integral do processo, e o mesmo apesar de afastado de exercer suas funções de parlamentar na CMJ pode ter acesso pessoalmente ou através de procurador, conforme decisão judicial sobre o tema, que permite seu acesso para defesa.

DOS EDITAIS – AUSÊNCIA DE VÍCIOS

Com relação aos supostos vícios alegados, os Editais de Intimação davam conta da devolução do prazo de 15 dias para apresentação de sua manifestação preliminar, e só precisavam conter isso, pois os fatos e demais elementos constavam da notificação recebida pelo representado pessoalmente em **09/05/2019, as 16h40min** (doc. anexo), ou seja, no referido documento recebido pelo representado constava tudo necessário para sua manifestação preliminar, **o edital apenas informava da devolução do prazo para apresentação da mencionada peça defensiva**, então nesse ponto não há que se falar em ausência de informações essenciais.

SUSPENSÃO DO PROCESSO (art. 313 e 315 do NCPC)

INAPLICABILIDADE

Ora caros membros do Conselho de Ética, a fundamentação defensiva de necessidade de suspensão do processo ético disciplinar de acordo com os artigos 313 e 315 do NCPC,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

não merece guarida, pois o julgamento do Conselho de Ética NÃO DEPENDE DO JULGAMENTO DE OUTRA CAUSA.

As instâncias de julgamento são independentes, nem o judiciário estará vinculado a decisão do Conselho de Ética, pois este julga Quebra de Decoro Parlamentar, nem o Conselho de Ética está necessariamente vinculado a decisão judicial condenatória na ação de Improbidade.

O poder legislativo é independente, e tem plena legitimidade para decidir pela ocorrência ou não do desrespeito ao Decoro Parlamentar por parte de seus membros, sem ter com isso a necessidade de aguardar a decisão judicial da ação cível de improbidade para que o processo ético disciplinar transcorra normalmente.

Por fim, o representado requer o acolhimento das preliminares e do mérito, e a consequente improcedência da demanda, para que ele possa exercer, sem qualquer óbice, o mandato que lhe fora outorgado pela população desta cidade de Jataí.

DA AÇÃO JUDICIAL QUE FUNDAMENTA A REPRESENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na fundamentação fática e jurídica que embasa o presente relatório preliminar, cumpre inicialmente apresentar a síntese da ação judicial de improbidade administrativa proposta em desfavor do vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ que serve de fundamento para a Representação por Quebra de Decoro Parlamentar.

O Ministério Público do Estado de Goiás através das apurações feitas no inquérito civil 25/2014, promoveu em face do Representado uma ação civil pública de imposição de sanções por atos de improbidade administrativa, protocolada sob o nº 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Cível, Fazendas Públicas desta comarca de Jataí/GO, onde aponta que o vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

LUZ, usou o cargo por ele ocupado para angariar parte das remunerações dos servidores do seu gabinete.

O Ministério Público narrou que o vereador solicitava a nomeação dos servidores de seu gabinete, e assim utilizava seu poder de nomeação e exoneração para fazer com que seus assessores entregassem parte de seus salários.

Assim, o Ministério Público concluiu pela prática de atos de improbidade administrativa nos moldes do artigo 9º, inciso I, e 10ª, inciso I, ou subsidiariamente no artigo 11, todos da lei 8.429/92, com a aplicação das sanções respectivas, em especial a perda definitiva da função de vereador; a recomposição do dano ao erário; a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; a imposição de multa civil, e a suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público ainda requereu liminarmente o afastamento do vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e a decretação de indisponibilidade de bens. Os pedidos liminares foram recepcionados pelo juiz Thiago Castelliano.

DA DEVIDA OBSERVAÇÃO DO PROCESSO LEGAL PELA COMISSÃO

Em sede de defesa prévia o Representado apresentou como um dos pedidos finais o requerimento para que seja decretada a nulidade processual desde a notificação por cerceamento de defesa, bem como da repetição do ato e da devolução para apresentação de nova prova escrita.

Como visto no presente processo o Representado após apresentar a manifestação preliminar foi notificado por esta Comissão de Ética e Decoro Parlamentar sobre o deferimento da DEVOLUÇÃO DO PRAZO de 15 (quinze) dias para a sua manifestação inicial.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O Representado então apresentou nova defesa no prazo, tendo apresentado extemporaneamente mas mesmo assim recebida, requerendo sua manifestação de maneira oral, como permite o Código de Ética Parlamentar.

Como requereu sua manifestação oral esta foi oportunizada em 30/09/2019, para iniciar as 13:30, quando o mesmo peticionou que não mais compareceria, requerendo novo prazo para apresentação de defesa escrita.

Como comprovado robustamente na consulta aos autos desse processo ético disciplinar, o representado teve inúmeras chances de apresentar sua manifestação inicial por escrito e não o fez, quando encerrado todos os prazos e estes foram mais que duplicados, REQUER oitiva oral, que é deferida, e no dia NÃO COMPARECE, requerendo então mais prazo.

Nisso vemos nítida má fé processual, requerimento meramente protelatório por isso que foi indeferido, até mesmo porque sua manifestação é facultativa, segundo a legislação específica, e na ausência desta o processo deve prosseguir. Destacamos ainda que na sua notificação para manifestação oral, recebida por ele em 26/05/2019, já havia menção de que não haveria mais prazo, e caso não comparecesse para manifestação oral, já que faculdade deste realizá-la, na oportunidade deveria apresentar por escrito, pois não haveria abertura de novo prazo, e assim o Conselho Procedeu.

Ora, se houve a reabertura do prazo para a apresentação de uma nova defesa prévia, após o acesso do Representado ao inteiro teor do presente processo com a obtenção de todas as informações necessárias para instruir a sua defesa, verifica-se que INEXISTE A CARACTERIZAÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA.

Além disso, foi oportunizada audiência para colheita de sua manifestação oral, em 30/09/2019, que não ocorreu porque o mesmo peticionou informando que não



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

compareceria, mesmo sendo intimado dia 26/09/2019, quando a legislação exige a notificação com pelo menos 24 horas de antecedência, ou seja, não há que se falar em prazo exíguo, até mesmo porque na intimação para o ato havia EXPRESSA determinação que não seria concedida mais prazo, que não comparecendo deveria na mesma data apresentar por escrito, o que não ocorreu plenamente, havendo apenas pedido de mais prazo, o que não foi aceito conforme decidido neste relatório preliminar, pois meramente protelatório, pelas inúmeras oportunidades e prazos já concedidos, e pela ausência de prejuízo, pois que tal manifestação é facultada, não sendo obrigatório, e ainda haverá após o relatório preliminar mais momentos para exercer sua defesa plenamente.

Nesse passo, o presente processo político-administrativo encontra-se em regular processamento, pronto para julgamento, pois que até então foram observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, sem qualquer prejuízo à defesa do Representado.

AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA – PROCESSO INICIADO POR PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR (ART. 16 § ÚNICO RES. 012/2009) – SUPRIMENTO POSTERIOR AINDA POR REPRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA – LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO.

Com relação ao início do Processo de Perda de Mandato Parlamentar pelo Conselho de Ética, o Código de Ética da CMJ (Res. 012/2009), traz duas hipóteses de iniciativa do processo de perda de mandato parlamentar, a saber:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ético.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Desse modo, o parágrafo único do art. 16 da Res. 012/2009 legitima que o Conselho de Ética dê início ao processo, porque ***“poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.”*** Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de ***“fato que infrinja a ética ou o***



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

decora parlamentar", e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009, instaurou Procedimento Investigatório Preliminar (PT 2/2019 – Protocolo Geral AD 0000374/2019, Publicado em 09/05/2019, através nº 000784-DA), demonstrando total legalidade dos atos praticados desde então.

Como se não bastasse toda argumentação acima, que por si só legitima a iniciativa do processo em análise, o Relator do presente Processo Ético Disciplinar, realizou um despacho saneador em **01/08/2019**, a presidência da CMJ, oportunidade em que a Mesa Diretora da Casa, com fulcro nos artigos 55, §2º da CF de 1988, art. 14, §2º da Constituição do Estado de Goiás e art. 34, §2º da Lei Orgânica do Município de Jataí, apresentou Representação em desfavor do Ver. MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, em **06/08/2019**, ou seja, muito antes da elaboração e aprovação presente Relatório Preliminar, que ocorre na segunda quinzena de outubro do corrente.

Com isso, **após a aprovação do relatório preliminar que já delibera e supera o tema, quando efetivamente inicia o processo, com abertura da defesa prévia e início da instrução, estará sanada a Representação, e, diga-se de passagem, tal saneamento foi realizado por maior cautela do Relator, uma vez que o art. 16, parágrafo único da Res. 012/2009 já legitima o início do procedimento investigatório preliminar, que finaliza com o relatório preliminar pelo recebimento e prosseguimento da representação.**

A defesa prévia do representado é formulada após o relatório preliminar, nesse momento já há nos autos a caracterização dos fatos e condutas apontador como caracterizadores da Quebra de Decoro Parlamentar, e sobre estes fatos serão realizadas a instrução e a defesa do representado.

Ademais, **o próprio Relator Major David pires, que em seu parecer preliminar apontou um suposto vício na representação, esqueceu que o processo ética disciplinar em tela inciou através de Procedimento Investigatório Preliminar, conforme art. 16, § único da Res. 012/2009, e como se não bastasse, o próprio relator solicitou a representação formal da mesa em 01/08/2019, tendo a mesa apresentado em 06/08/2019 a referida representação, ou seja, há mais de 75 dias, estando assim mais que superado esse tema.**

Importante destacar que a controvérsia sobre a legitimidade da Mesa Diretora proceder a representação e ainda do processo se iniciar através de procedimento investigatório preliminar foi trazida a este Conselho de Ética ainda em outro recente processo ético disciplinar, de número 003/2019, que teve parecer final aprovado em 18/10/2019 onde a maioria reconheceu e inexistência de ilegalidade e a letifimidade da representação formulada pela Mesa.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Naquela oportunidade, o então representado ingressou com Mandado de Segurança nº **5605770.59.2019.8.09.0093**, perante a 2ª Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Jataí/GO, quando o magistrado após analisar todos os documentos do processo, consignou:

"De acordo com o artigo 16, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí (Resolução no 12, de 28 de setembro de 2009), qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas no código.

Consoante parágrafo único, o Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Antes de receber a representação, o Presidente do Conselho de Ética, no prazo de quinze dias, ouvirá o representado, por escrito, ou verbalmente, sendo reduzido a termo (artigo 17, do Código de Ética).

O representado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado constituir advogado para os atos de sua defesa.

No caso em comento, infere-se que foi instaurado um procedimento prévio ao Processo Ético Disciplinar, conforme previsão do parágrafo único da Resolução no 12/2009, pelo Conselho de Ética.

O Impetrante foi notificado sobre os fatos e apresentou defesa preliminar.

Em seguida, o procedimento investigatório finalizou com o recebimento e aprovação do Relatório Preliminar pelo Conselho de Ética.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Posteriormente, com o encerramento do procedimento preliminar e tendo em vista que o Conselho de Ética levou em consideração a existência de fortes indícios de prática de ato indecoroso, a Mesa Diretora da Câmara Municipal apresentou **representação** em desfavor de Gildenício Francisco dos Santos.

A representação foi ofertada com fulcro nos artigos 30, VIII, e 34, II, e § 1o, da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 5o, "a" e "b", da Resolução no 12/2009.

A peça representativa está em consonância com o artigo 55 § 2o, da Constituição Federal de 1988; artigo 14, § 2o, da Constituição do Estado de Goiás e artigo 34, § 2o, da Lei Orgânica do Município de Jataí.

É importante transcrever o artigo 34, II, da Lei Orgânica do Município de Jataí, o qual reza que perderá o mandato o vereador que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

Já, o parágrafo segundo de mencionado artigo, estabelece que no caso do inciso II, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da mesa ou partido político.

Além disso, **a representação ofertada pela Mesa Diretora possui a narração dos fatos, os dispositivos legais pertinentes, a indicação das provas e a indicação de que o Impetrante estava sendo acusado da prática de atos indecorosos.**

Se não bastasse, o Relatório Final foi aprovado pelo Conselho de Ética. Consta do Relatório Final que o Impetrante praticou atos que configuram a quebra de decoro parlamentar e que redundam na cassação do mandato do vereador.

O Parecer Final foi encaminhado à Mesa Diretora, conforme previsto no Código de Ética.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Inexiste qualquer ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, uma vez que o Impetrante teve ciência de todos os atos e apresentou defesa.

Desse modo, numa análise do feito, conclui-se que o Impetrante **omitiu informação induzindo este Magistrado a erro**, uma vez que não apresentou cópia integral do procedimento administrativo, mas somente as peças que lhe convinham.

Não há que se falar em ofensa a direito líquido e certo."

Assim, o próprio poder judiciário deu AVAL a posição majoritária do Conselho de Ética que considera legal o início do procedimento de ofício, com base no art. 16, § único da Res. 012/2009, bem como totalmente legítima a representação formulada pela Mesa Diretora antes do recebimento do relatório preliminar e início da instrução, estando plenamente regular o feito, sem qualquer ofensa ao contraditório e ampla defesa.

A argumentação de ilegitimidade da Mesa Diretora não merece prosperar, pois tal legitimação Decorre da Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás e Lei Orgânica Municipal de Jataí, normas até mesmo de grau de hierarquia superiores a Res. 012/2009, senão vejamos:

Destacamos que a Constituição Federal de 1988, art. 55, §2º, bem como a Constituição do Estado de Goiás, art. 14, §2º e a Lei Orgânica do Município de Jataí, art. 34, §2º, atribuem a legitimidade a Mesa ou partido político com representação na casa parlamentar, ou seja, denotando a total legitimidade da representação ora formulado, senão vejamos:

Constituição Federal:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

Já na Constituição Estadual, encontramos:

Art. 14 - Perderá o mandato o Deputado Estadual:

I – que infringir qualquer das proibições do art. 13;

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

II - que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º São incompatíveis com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Deputados e a percepção de vantagens indevidas.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Art. 71. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, aplicando-se-lhes as proibições e as incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição da República para os membros do Congresso Nacional e nesta Constituição para os membros da Assembleia Legislativa.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Parágrafo único - A perda, extinção, cassação ou suspensão de mandato de vereador dar-se-ão nos casos e na forma estabelecidos nesta Constituição e na Legislação Federal.

No mesmo sentido assevera a Lei Orgânica do Município:

Art. 34. - Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II - tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

(...)



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou partido político.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representante da casa.

Por fim, nesse ponto, de acordo com as duas linhas de argumentação acima explicitadas, não houve nulidade ou vício processual referente a iniciativa/representação do presente processo. Sendo estes os motivos de discordância do Relatório Preliminar apresentado pelo Relator originário, e que motiva a apresentação do presente Relatório de Voto Divergente.

Nesse passo, o presente processo ético disciplinar, encontra-se em regular processamento, pronto para instrução, pois que até então foram observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, sem qualquer prejuízo à defesa do Representado, não sendo acolhidas as preliminares suscitadas pela defesa.

DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR – RESOLUÇÃO 12/2009

- INDÍCIOS - POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO §1º E INCISO II TODOS DO ART.34 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JATAÍ 1/1990.
- INDÍCIOS - POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 5º, INCISO III, ALÍNEAS A E B – ART. 6º, INCISO II, ALÍNEA B, ART.12, INCISO II, DA RESOLUÇÃO 12/2009 – CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

A) INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO PELA COMISSÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CASSAÇÃO DO MANDATO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

O Representado no mérito da defesa prévia alega a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade administrativa, aduzindo que tal competência se restringe ao poder judiciário, conforme a legislação vigente.

O Representado ainda aduz que a resolução bem como o regimento interno desta casa, trata das infrações de cunho político passíveis de perceber denuncia, mas não veicula nenhum ato praticado por ele que possa configurar quebra de decoro parlamentar, e que a representação nada aponta nesse sentido.

Ocorre Senhor Presidente, que o vereador não está sendo julgado por esta Comissão por atos de improbidade administrativa, mas sim, pela prática de atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar.

Como visto acima, a Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa cumulada com Pedido de Tutela Cautelar de nº 5234942.14.2019.8.09.0093, aponta condutas praticadas pelo Representado que caracterizam atos de improbidade administrativa que importam em ENRIQUECIMENTO ILÍCITO e que CAUSAM LESÃO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Foram colhidos elementos no inquérito civil público 25/2014, que demonstraram que durante vários anos o vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ exigiu esses repasses dos servidores lotados em seu gabinete, acrescentando ao seu patrimônio, mediante a utilização ilícita de seu cargo, altos valores em dinheiro.

As condutas do parlamentar tipificaram-se então, em enriquecer-se ilicitamente por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do seu cargo (conduta tipificada no



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

artigo 9ª, inciso I, da Lei nº 8.429/92), e facilitar a incorporação ao seu patrimônio particular de valores integrantes do acervo patrimonial desta casa legislativa (conduta tipificada no artigo 10º, inciso I, da Lei nº 8.429/92).

Tais atos praticados pelo vereador ora representado durante tantos anos configura quebra de decoro parlamentar previsto no §1º do art. 34 da LOM.

O recebimento de vantagens ilícitas e imorais como está descrito ação judicial e que serve de fundamento para a representação, ainda mais quando levada a efeito durante tão longo período, configura quebra de decoro parlamentar e frustra a justa expectativa nutrida pelos cidadãos de que as pessoas eleitas pelo voto popular utilizem dos poderes que lhe são outorgados para o bem comum e não para aumentar o próprio patrimônio.

Desta feita, os fatos de autoria do vereador ora representado e objeto da investigação preliminar se amoldam perfeitamente à hipótese legal do §1º do art. 34 da LOM, consistindo em quebra de decoro parlamentar, não se tratando de julgamento por prática de atos de improbidade.

B) DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA O JULGAMENTO DO PARLAMENTAR - ATO DE NATUREZA INTERNA *CORPORIS*

Como se sabe, muito embora tenha sido atribuído precipuamente ao Poder Judiciário o encargo jurisdicional, essa função também é exercida legitimamente, embora de forma atípica, pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Como também se sabe a prática de conduta pelos parlamentares que se afigure como procedimento que atente contra o decoro institucional será apurada no âmbito do Poder Legislativo, através de procedimento próprio, como o presente.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

O artigo 1º da Res. 12/2009 desta câmara municipal, prevê que no exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Jataí, do Regimento Interno da Câmara e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Desse modo, é de interesse exclusivo desta casa legislativa definir os valores, as normas de condutas e as regras éticas aplicáveis a seus membros.

É também competência privativa desta casa legislativa decretar a perda do mandato dos vereadores. Vejamos a redação do artigo 30, inciso VIII, da Lei Orgânica 1/1990, deste município:

*"Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:
(...)*

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos vereadores, nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente;"

A lei federal 6448/1977 que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, prevê que compete privativamente às Câmaras municipais, declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental (artigo 22, inciso XI).

Agora vejamos o que prevê o Regimento Interno 2/2010 desta Câmara Municipal:

*"Art. 55 – São obrigações e deveres do Vereador:
(...)*

II – obedecer às normas regimentais e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí".

Os indícios da prática de conduta ilícita pelo parlamentar acaba injustamente atingindo a própria respeitabilidade institucional desta Câmara de Vereadores residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de vereador, ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

A possibilidade da existência da prática dolosa de condutas indecorosas pelo Representado desmerece essa casa dos representantes e falta com respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

Assim, não restam dúvidas quanto à competência legislativa desta câmara municipal em processar e julgar o parlamentar que venha a praticar atos indecorosos que acabam por manchar a imagem desta casa de leis.

C) INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O vereador, caso tenha utilizado o cargo que foi investido para solicitar remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, agiu como se fosse o DONO DINHEIRO PÚBLICO.

Assim, os indícios de que o parlamentar tenha enriquecido ilicitamente e causado dano ao erário, acaba gerando a violação dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles os princípios da moralidade, da impessoalidade, e da honestidade, pois praticou atos visando fim proibido em lei, no nosso regulamento interno, e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Independentemente de qual finalidade o vereador conferiu aos valores por ele angariados ilegalmente, o fato é que ao exigir parte das remunerações dos seus servidores, ele VIOLOU GRAVEMENTE OS PRINCÍPIOS QUE DEVERIAM NORTEAR A SUA CONDUTA COMO AGENTE PÚBLICO.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Nesse passo as condutas do Representado apuradas no inquérito civil público 25/2014 e tipificadas na Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, confirmam a LESÃO AO DECORO PARLAMENTAR.

No caso em exame, após minuciosa análise dos fatos apurados, fica claro que os elementos de convicção angariados durante as investigações servem de supedâneo a presente acusação, pois confirmam a infringência aos diplomas normativos desta casa de leis.

As provas contidas nos autos da ação de improbidade administrativa não deixam nenhuma dúvida quanto ao cometimento de atos ímprobos, que configuram ato contrário ao decoro parlamentar.

Nesse passo, a conduta DOLOSA do Representado configura a QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, na forma do §1º do art.34 da LOM, e contempla a hipótese de cassação do seu mandato de vereador, não restando margem para raciocínio diverso.

Inclusive, a defesa prévia que nos foi remetida pelo Representado, não contesta a narrativa fática, os depoimentos dos servidores, e as demais provas apuradas no inquérito civil público e nos autos da ação de improbidade que lhe é movida, deixando ele de desconstituir todo esse conjunto de fatos e provas que comprometem a sua conduta ética moral.

Os atos do representado atingem diretamente todas as inserções sociais do sujeito, homem público, haja vista a necessidade de, em todas as circunstâncias da vida cotidiana, ter o mesmo uma conduta digna.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Infelizmente no presente caso as condutas ilícitas apuradas contra o vereador não foram decentes e fieis aos princípios morais e éticos, tendo ele agido em total desconformidade com aquilo que dele era esperado como homem público.

D) DA QUEBRA DE DECORO E A PERDA DO MANDATO

O conceito de decoro está dicionarizado, conforme o Aurélio, como "correção moral, compostura, decência, dignidade, nobreza, honradez, brio, pundonor". Atos incompatíveis com o decoro parlamentar são, evidentemente, todos os contrários àqueles princípios.

Segundo Alexandre de Moraes (2002, p. 416), a expressão decoro parlamentar pode ser compreendida como "o conjunto de regras legais e morais que devem reger a conduta dos parlamentares, no sentido de dignificação da nobre atividade legislativa".

Para Pontes de Miranda: "decoro é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer".

No sistema da democracia representativa, tal qual o nosso, os parlamentares recebem do povo delegação para agirem em seu nome, são mandatários, devem aprovar as leis que interessem à sociedade, fiscalizar o poder executivo, exercer o controle orçamentário e financeiro dos gastos públicos, além de outras atribuições institucionais, sendo vedado a eles, e aos demais agentes públicos, se valerem da legislatura para pleitearem vantagens pessoais.

Ocorre que nem sempre os parlamentares se portam como deveriam, como ocorre no presente caso, pois que há fortes indícios de que o Representado desviou de sua missão constitucional e agiu de forma ilegítima ao solicitar e receber parte dos vencimentos dos servidores lotados em seu gabinete, denotando condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Vejamos o que prevê a resolução 12/2009 acerca dos atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar:

"Art. 5º - Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

(...)

III – quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentaria ou financeira;"

Assim há fortes indícios de que as condutas ilícitas atribuídas ao parlamentar, além de caracterizarem atos de improbidade administrativa, DENOTAM AINDA A QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, o que enseja a aplicação do artigo 12 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), vejamos a sua redação:

"Art. 12 – A perda do mandato será aplicada a Vereador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Vejamos agora a redação do artigo 34, inciso II, e § 1º também da Lei Orgânica 1/1990:

"Art. 34 – Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II – tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais."

Fato é que **os indícios de que os atos do vereador transgrediram o decoro parlamentar revelam-se graves**, pois que o parlamentar recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Vejamos o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, negando recurso do ex-ministro José Dirceu proferir voto negando recurso do ex-ministro José Dirceu, o ministro Celso de Mello assim se pronunciou:

"Os membros do poder legislativo, quando assim atuam, transgredem as exigências éticas que devem pautar e condicionar a atividade política, que só se legitima quando efetivamente respeitado o princípio da moralidade, que traduz valor constitucional de observância necessária na esfera institucional de qualquer dos poderes da república.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.

A imputação, a qualquer membro do Congresso Nacional, de atos que importem em transgressão ao decoro parlamentar revela-se fato que assume, perante o corpo de cidadãos, a maior gravidade, a exigir, por isso mesmo, por efeito de imposição ética emanada de um dos dogmas essenciais da república, a plena apuração e o esclarecimento da verdade, tanto mais se se considerar que o parlamento recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de membro do congresso nacional, ou de formular a legislação da república ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

Não se poderá jamais ignorar que o princípio republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos – legisladores, magistrados, e administradores – são responsáveis perante a lei e a constituição, devendo expor-se, plenamente, às consequências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos."

Os fortes indícios de que de fato o Vereador Representado praticou os atos imorais e antiéticos faz com que a relação entre a ética e a política fiquem totalmente distante.

A conduta de utilizar o cargo de vereador para angariar parte das remunerações dos servidores, caracteriza vantagem pessoal enriquecimento ilícito, dano ao erário, constituindo um verdadeiro desrespeito aos recursos público, enquadrando-se



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

perfeitamente nas condutas previstas no §1º do art. 34 da LOM e do artigo 5º inciso III alíneas a e b do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta casa legislativa.

Caso concluído que houve a existência da prática de condutas ilícitas pelo parlamentar, ele acabará por atingir não só a sua própria honorabilidade, mas também, por extensão, a desta Câmara de Vereadores.

Assim, caso restar comprovado o cometimento de tais infrações, não haverá só a mácula pessoal, mas também a mácula institucional.

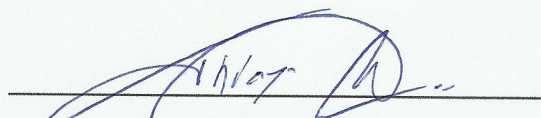
CONCLUSÃO E PEDIDOS FINAIS

No caso em tela, após minuciosa análise dos fatos e provas obtidos através do inquérito civil 25/2014 e da ação de improbidade administrativa nº 5234942.14.2019.8.09.0093, restou configurado que **EXISTEM FORTES INDÍCIOS** de que os atos praticados pelo vereador afastado são incompatíveis com o decoro parlamentar, uma verdadeira **LESÃO AO DECORO**, que se enquadram nas hipóteses previstas no §1º do art.34 da LOM c/c 5º, inciso III, alíneas a e b, da Resolução 012/2009 desta câmara de vereadores.

Desse modo, **FICA CONCLUÍDO PELA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO GRAVE AO DECORO PARLAMENTAR, DEVENDO SER CONSIDERADA PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO**, para tanto requer o prosseguimento do processo, para que seja feita a apuração da denúncia em toda sua dimensão, e ao final, submeter ao plenário para votação.

Salvo melhor juízo, é este o meu relatório, como voto divergente.

Jataí, 24 de outubro de 2019.


Thiago Silvestre Maggioni
Vereador Relator